

## APONTAMENTOS SOBRE O MÉTODO COMPREENSIVO DE MAX WEBER

### NOTES ON MAX WEBER'S COMPREHENSIVE METHOD

Cesar Pereira Martisns  
(Pontifícia Universidade Católica de Goiás)

Estelamaris Brant Scarel  
(Pontifícia Universidade Católica de Goiás)

**Resumo:** Em geral as Ciências Sociais dos séculos XIX e XX buscavam compreender as influências das instituições nas ações dos indivíduos. Este texto objetiva desvelar, dialeticamente, como Weber muda o sentido desse vetor, pois, parte do agente, da ação, daquele que é capaz de tomar decisões e nortear a condução da vida de outros. Essa mudança de concepção, isto é, das instituições para os indivíduos, leva Weber a desenvolver um método capaz de conduzir a compreensão dos sentidos das ações dos agentes, buscando compreender o que direciona as ações dos indivíduos. É impossível ao pesquisador responder a essa última questão de forma exaustiva, pois os significados não se revelam de forma objetiva. O conhecimento científico fragmenta a realidade, eliminando parte das possibilidades do real para tentar compreender as possíveis causalidades das ações. Construindo tipos ideais, que não representam a realidade, mas que por vezes até a exageram, porém servem de referência comparativa ao pesquisador. Esses tipos são construídos a partir do real, do empiricamente dado, de processos que se repetem e se tornam rotina ao longo do tempo.

**Palavras-chave:** Max Weber; Método; Tipo ideal; Ação Social; Dominação.

**Abstract:** Generally the Social Sciences in the 19th and 20th centuries aimed to understand the influence of the institutions in the actions of individuals. This text aims to dialectically unveil how Weber changes the direction of this vector, for it originates in the agent, the action, in that who is able to make decisions and orient the life of others. This change of conception, from the institutions to the individuals, causes Weber to develop a method capable of conducting the comprehension of the directions of the agents' actions, that aims to understand what directs the actions of individuals. It is impossible to the researcher to answer this last question in an exhaustive manner, because meanings do not reveal themselves objectively. Scientific knowledge fragments reality, eliminating part of the possibilities of the real in order to search to understand the possible causes for the actions. Building ideal types, that do not represent reality, sometimes even exaggerate it, but serve as comparative reference to the researcher. These types are built from the real, the empirically given, of processes that are repeated and become a routine along time.

**Keywords:** Max Weber; Method; Ideal type; Social action; Domination.

#### Introdução

O momento histórico em que Max Weber produz a sua obra, final do século XIX e início do século XX, é um dos mais conturbados na história da Europa. Os Estados-Nações estavam sendo redefinidos, tanto do ponto de vista político como geográfico, povos com aproximações históricas e culturais estavam sendo colocados sob a mesma bandeira, mas, além disso, outros

com diferenças culturais significativas, como o caso dos Bascos e Catalães na Espanha. A revolução industrial reconfigurava as relações sociais e exigia a mecanização da produção, atraindo grandes populações para as cidades e alterando a configuração da população campesina. Max Weber se depara com uma nova racionalidade advinda do modo de produção capitalista e se propõe a compreender as conexões e significações da cultura de seu tempo e como estas se desenvolveram historicamente. Para tanto, tomará como objeto de estudo o modo de produção capitalista, com o olhar do economista, assumindo que a análise do social se relaciona com a escassez, que os agentes “defrontam-se por todos os lados com a limitação quantitativa e a insuficiência qualitativa dos meios externos, que demandam a previsão planejada e o trabalho, a luta com a natureza e a associação com homens” (Weber, 2003, p. 79). A associação dos homens não se faz pela mera aderência dos indivíduos às instituições ou a um tipo de ideologia dominante, mas pela capacidade de agentes que são capazes de influenciar a condução da vida de outrem por meio da ação, exercendo a dominação<sup>1</sup>, que pode ser legítima.

Para construir uma análise social que parta da ação social, o que implica uma realidade infinita de significados, pois cada agente se movimenta visando a um sentido para a sua ação, Weber irá propor um novo método, que seja capaz de conduzir o pesquisador em meio a uma realidade multifacetada. Consciente de que, ao definir um objeto de estudo, o pesquisador fragmenta a realidade e faz escolhas, o método deve resguardar a possibilidade de o conhecimento ser um juízo de fato e não um juízo de valor. Nesse sentido, Weber irá propor o conceito de tipo ideal, que será tratado adiante.

Considerando-se esse horizonte metodológico, salienta-se que o objetivo deste texto é retomar as questões pertinentes ao tempo de Max Weber, refletindo sobre como tais questionamentos se apresentam em sua obra, seguindo-se do método compreensivo, proposto pelo autor, buscando, em especial, apresentar as categorias relevantes de seu método com destaque para alguns tipos ideais que aparecem em sua obra, tais como tipos de ação social e de dominações legítimas, assim como o tipo ideal do cristianismo em sua obra *A Ética Protestante e o Espírito do Capitalismo*.

## **Aproximações à vida e à obra de Max Weber<sup>2</sup>**

---

<sup>1</sup> Este conceito será tratado no item 2 desta análise.

<sup>2</sup> Nesta seção não serão apresentados os dados pessoais da biografia de Max Weber. Para este fim indica-se a introdução escrita por Gabriel Cohn (Weber, 2003). O que interessa nesta análise são as grandes questões que pairavam sobre a Europa no tempo de Weber e que vão ser objeto de sua obra.

Max Weber foi um intelectual alemão, com formação privilegiada em História, Economia e Direito, nas universidades de Heidelberg e de Berlim. Sua produção intelectual exerceu expressiva influência no pensamento do século XX e continua ecoando no século XXI. Ao aproximar-se da vasta obra desse autor, depara-se com as seguintes temáticas: “o capitalismo moderno e o processo de racionalização da conduta de vida da qual ele é expressão” (Cohn, 2003, p. 13) e a constituição dos Estados-Nação<sup>3</sup> na Europa, em especial o alemão, ainda, em formação. Partindo da premissa de que toda produção é coletiva, Max Weber manteve intenso debate com os intelectuais de seu tempo e com aqueles que fundamentaram as produções teóricas em vigência, principalmente Karl Marx (1818 – 1883) e Frederick Nietzsche (1844 – 1900).

Max Weber viveu no período de 1864 a 1920, que coincide, em parte, com a Era do Capital (Hobsbawm, 2012) e avança para além da Era dos Impérios (idem, 2011), termos cunhados pelo historiador marxista Erick Hobsbawm (1917-2012). “Os anos de 1789 a 1848 foram dominados por uma dupla revolução: a transformação industrial, iniciada e largamente confinada à Inglaterra, e a transformação política, associada e largamente confinada à França” (Hobsbawm, 2012, p.22). A revolução industrial e as mudanças políticas, que permitiam pensar um Estado Nacional, em oposição às monarquias, pavimentaram o caminho para as futuras revoluções que eclodiram na Europa pois, “Atrás dos ideólogos políticos burgueses<sup>4</sup> estavam as massas, prontas para transformar revoluções moderadamente liberais em revoluções sociais” (Idem). E assim se fez no ano de 1848, na chamada primavera dos povos.

As revoluções de 1848 são resultados das duas revoluções ocorridas na Europa (e que boa parte do mundo sentiu suas repercussões), isto é, a francesa e a industrial. O impacto da primavera dos povos rapidamente se fez sentir nas potências europeias do período, como afirma Hobsbawm (2012, 30): “Tem havido um bom número de grandes revoluções na história do mundo moderno [...] Mas nunca houve uma que se tivesse espalhado tão rápida e amplamente, alastrando-se como fogo na palha por sobre fronteiras, países e mesmo oceanos”. Este avanço

---

<sup>3</sup> Hobsbawm (2012, p.21) considera que em meados do século XIX a compreensão que se tinha do conceito de Estado-Nação era “definido territorialmente, com uma Constituição garantindo a propriedade e os direitos civis, assembleias representativas e governos eleitos responsáveis por elas e, quando possível, uma participação do povo comum na política dentro de limites tais que garantissem a ordem social burguesa e evitassem o risco de ela ser derrubada”

<sup>4</sup> Segundo a edição inglesa de 1888 do manifesto, Engels define burguesia como “[...] a classe dos capitalistas modernos, que são proprietários dos meios de produção social e empregam trabalho assalariado” (Marx; Engels, 2011, p.45)

inicial fomentou as expectativas dos revolucionários que defendiam ser possível “uma república democrática unitária e centralizada da Alemanha, Itália, Hungria ou qualquer que fosse o país, constituída de acordo com os princípios da Revolução Francesa sobre a ruína de todos os reis e príncipes” (Hobsbawm, 2012, p. 36). Não é coincidência que, em 1848, Marx e Engels publicaram o *Manifesto do Partido Comunista*, que foi traduzido para as principais línguas europeias. Esta publicação fazia parte da preparação para a tomada revolucionária.

A expectativa de destituir os poderes das monarquias e se apropriar dos mesmos foi o que uniu a burguesia ao proletariado naquele momento revolucionário, porém com interesses diversos. O êxito momentâneo, na maioria das localidades em que ocorreram as revoluções, fortalecem o poder simbólico da burguesia em relação às demais forças dominantes. Porém, as mudanças propostas pelos operários não foram aceitas pela burguesia. Os conflitos de interesse levaram os liberais<sup>5</sup> moderados, que haviam participado das revoluções, a se unirem aos conservadores levando as centelhas revolucionárias a serem abafadas, com intensos atos de violência por toda a Europa, ocasionando a morte de milhares de trabalhadores. A revolução que se espalhou rapidamente da mesma forma foi abafada. A primavera dos povos “aparece como a revolução da moderna história da Europa que combina a maior promessa, a mais ampla extensão, o maior sucesso inicial imediato com o mais rápido e retumbante fracasso” (Hobsbawm, 2012, p. 39). O fracasso, em parte, se deve ao fato de que os liberais, que se aliaram ao proletariado<sup>6</sup>, “tentaram transformar uma situação inesperadamente boa para dela extrair maior vantagem” (Idem, p. 42) e para isso tiveram que se voltar contra as forças revolucionárias, pois os seus interesses eram opostos.

Após a derrota dos revolucionários, nos anos de 1848 e 1849, a burguesia sai fortalecida e associada aos Estados liberais que se organizam na Europa. Após 1849 a Europa viveu um período oportuno para a expansão do capitalismo, a alta de preços, os altos juros para capitais investidos, a grande quantidade de mão de obra disponível (com relativo baixo custo), os grandes investimentos em obras de engenharia, nos espaços públicos, tais como a construção de estradas de ferro, que, além de gerarem novos postos de trabalho, proporcionaram o

---

<sup>5</sup> O liberalismo consiste em uma ideologia “[...] tomou para si a defesa e a realização da liberdade no campo político. Nasceu e afirmou-se na idade moderna e pode ser dividida em duas fases: Primeira do século XVIII, caracterizada pelo individualismo; segunda do século XIX, caracterizada pelo estatismo” (Abbanano, 2012, p. 696).

<sup>6</sup> Em sua nota contida no capítulo denominado “Burgueses e proletários” do *Manifesto do Partido Comunista*, segundo Marx e Engels (2011), este último concebe o proletário como “[...] a classe dos trabalhadores assalariados modernos, que, são obrigados a vender sua força de trabalho por sobreviver”.

escoamento de mercadorias para novos consumidores. O motor a vapor e o telégrafo facilitaram as comunicações e relativizaram as distâncias, assim um “mundo inteiro tornou-se parte dessa economia. Essa criação de um único mundo expandido é talvez a mais importante manifestação do nosso período” (Hobsbawm, 2012, p. 66). A revolução industrial tomou novas proporções e as revoluções políticas recuaram. A partir de então “o tema mais importante do quarto de século após 1848 é a expansão da economia capitalista por todo o mundo” (Hobsbawm, 2012, p. 15). Pensar como o capitalismo se expandiu de tal forma é um dos temas centrais da produção weberiana.

A sociologia de Max Weber é marcada pelo conceito de ação, por meio de um agente que é capaz de tomar iniciativa, ir à frente, o que significa para ele o exercício de poder. Assim, o próprio autor assume a posição de agente, que pretende influenciar os rumos da história, mantendo um “contato apaixonado com os grandes problemas políticos do dia” (Cohn, 2003, p.7). Assim um dos “problemas políticos do dia” abordado por Weber será contribuir para que a Alemanha ocupe um papel de centralidade na história global.

A Alemanha de Weber existia havia pouco tempo como Estado-Nação, sua unificação era recente. Em 1848, a Alemanha se constituía de “um punhado de principados germânicos de vários tamanhos e características” (Hobsbawm, 2012, p. 35), portanto ainda não possuía a legitimidade interna, era necessária a unificação da Alemanha. Isso se inicia sob o comando de Guilherme I, rei da Prússia, a partir da guerra Franco-Prussiana, com vitória da Prússia, permitindo a unificação da Alemanha em 1871. A unificação da Alemanha impactou o pensamento de Weber, impondo-lhe como questão primária, concreta, como se organiza internamente um Estado-Nação, quem são os agentes capazes de tal façanha?

No início do século XX a Alemanha já havia se constituído como Estado forte no contexto europeu. O processo de industrialização havia ocorrido de forma acelerada na Alemanha. Como destaca Hobsbawm (2012, p. 134) a seguir:

A Alemanha, um novo poder que combinava uma impressionante força industrial e tecnológica com uma população substancialmente maior que a de qualquer outro Estado europeu, exceto a da Rússia, tornou-se a nova força decisiva nessa parte do mundo, e assim permaneceria até 1945.

Mas é importante ressaltar-se que, para Weber, as questões econômicas se relacionam com as políticas, as dimensões do poder não as determinam. Dessa forma, mesmo diante do crescimento econômico, a estruturação do Estado alemão não era completa.

Um outro elemento importante na constituição do Estado alemão era que em seu território havia se estabelecido as formas mais evoluídas de organização do proletariado. Os marxistas, com o apoio de outros grupos revolucionários, formaram o Partido Social Democrático em 1869, obtendo na década seguinte significativo sucesso nos pleitos eleitorais. A organização dos trabalhadores, no recém unificado Estado alemão, era fator de tensão social, “o medo da revolução era um fato maior na Constituição da Liga dos Três Imperadores de 1873 (Alemanha, Áustria, Rússia), [...] os governos temiam agora não a revolução social em geral, mas a revolução proletária. (Hobsbawm, 2012, p. 262). Nesse ponto se estabelece um conflito, o Estado alemão, que ocupava uma posição central na Europa, exercendo poder político e econômico nos limites externos a seus domínios, entre 1875 e 1915, conseguiu agregar mais de “dois milhões e meio de quilômetros quadrados” (Hobsbawm, 2011, p.101). Contudo, não estava organizado em torno de um projeto, faltava o sentimento de unidade nacional, a legitimação interna. Quais seriam os agentes capazes de conduzir a Alemanha à legitimidade interna, isto é, a unidade nacional, passa a ser questão de destaque no pensamento weberiano.

Por fim, a construção intelectual de Weber se relaciona com a produção intelectual de seu tempo. Weber foi um sujeito da ação e, portanto, esteve em contínua tensão com o pensamento intelectual de seu tempo, ora refutando, ora aderindo, mas sempre criticando. Conforme já apontado, dois pensadores de forte influência sobre o período histórico de Weber e que influenciaram sua obra foram Karl Marx e Friedrich Nietzsche.

A honestidade de um intelectual atual, sobretudo de um filósofo atual, pode ser medida por sua atitude com respeito a Nietzsche e Marx. Quem quer que não admita que partes consideráveis de seu próprio trabalho não poderiam ter sido realizadas sem o trabalho desses dois apenas engana a si mesmo e aos outros. O mundo que espiritualmente e intelectualmente vivenciamos hoje é um mundo substancialmente modelado por Nietzsche e Marx (Weber apud Soares, 2014, p. 140).

Para Marx, o movimento da história é permeado por rupturas e continuidades, ou seja, não há uma linearidade do tipo evolucionista na vida social, essa tem uma história, que poderia ser outra, a depender das ações dos homens. Weber aceita essa tese, mas irá diferir de Marx na interpretação do que motiva as rupturas e continuidades. Para Marx as mudanças se dão a partir das condições materiais, da tomada de consciência das contradições que existem na forma como os homens produzem as suas condições de existência. A Europa, sob condições históricas específicas e, no decurso do tempo histórico, altera o modo de produção feudal para o modo de produção capitalista, mudando as relações de produção, por exemplo, do servo para o trabalho

assalariado. A partir das mudanças no reino da produção e das contradições existentes nesse modelo, também, são produzidas as mudanças na sociedade. Nesse sentido, as mudanças são fortemente impulsionadas por fatores econômicos. Weber aceita que as mudanças sociais estão relacionadas aos fatores econômicos, mas nega o seguinte “A totalidade dessas relações de produção constitui a estrutura econômica da sociedade, a base real sobre a qual se eleva uma superestrutura jurídica e política e à qual correspondem formas sociais determinadas de consciência” (Marx, 2008, p. 47), ou seja, rejeita a linearidade de que análises econômicas da sociedade forneceriam explicações para o sistema político. É importante ressaltar que nesse processo também se alteram as formas de produção do conhecimento e de pensamento tais como as Artes, a Filosofia, a Economia e a Sociologia, esta última em seu nascedouro. Como resalta Marx “Não é a consciência do homem que determina o seu ser, mas, pelo contrário, o seu ser social é que determina a sua consciência” (2008, p. 47). Este homem concreto, que Marx propõe, está submetido às mudanças técnicas na implementação da sociedade industrial, envolvendo manipulação de máquinas, a nova divisão do trabalho, o planejamento, o controle do trabalho, e outras mudanças mais, no mundo do trabalho, que irá produzir a racionalidade moderna. Para Weber, a técnica moderna é parte de um processo maior de racionalização, que envolve a racionalização e a desmistificação do mundo e não a única produtora da racionalidade moderna. O tema da racionalidade será central em Weber.

Com relação a Friedrich Nietzsche, destaca-se a sua influência na teoria da ação postulada por Weber, que não compreende o sujeito determinado pela ordem social. “Nietzsche abriu caminho para uma compreensão mais empírica e sociológica dos valores culturais, enraizando-os no contexto humano da criatividade, força e ação” (Soares, 2014, 141), Weber será herdeiro dessa concepção.

### **Sobre as categorias do método compreensivo**

O método compreensivo admite que a realidade é infinita, por ser resultado das ações sociais, que constroem uma rede múltipla de significados, o que leva à conclusão: “Não existe qualquer análise científica puramente “objetiva” da vida [...] que seja independente de determinadas perspectivas especiais e parciais” (Weber, 2003, p. 87). Para esclarecer a última parte da citação basta retornar às primeiras páginas, do texto weberiano, *A “objetividade” do conhecimento nas ciências sociais (1904)*, e observar que o referido autor deixa explícito que “as perspectivas especiais e parciais” de suas análises estão na economia. Parcial portanto não

é tomar partido, atribuir juízo de valor, mas reconhecer que o conhecimento científico sempre aborda parte do real. Sobre a preponderância do econômico em suas análises o autor esclarece o seguinte:

Por sua vez, o caráter de fenômeno “socioeconômico” de um evento não é algo que lhe seja “objetivamente” inerente. Pelo contrário, ele está condicionado pela orientação do nosso interesse de conhecimento, e essa orientação define-se conforme o significado cultural que atribuímos ao evento em questão em cada caso particular (Weber, 2003, p. 79).

O econômico não é um atributo do fenômeno social, mas uma opção metodológica do autor para observar a relação e os significados entre o fenômeno social e o econômico. Convém registrar-se que Weber, pretende compreender a realidade com o olhar do economista e não determinar padrões presentes nos fenômenos sociais. Tal perspectiva “consistirá num sistema de proposições das quais seria possível “deduzir” a realidade” (Weber, 2003, p. 89). Para o autor, por um lado, pode-se compreender “as conexões e a significação cultural das suas diversas manifestações na sua configuração atual e, por outro, as causas pelas quais se desenvolveu historicamente assim e não de outro modo” (Idem, p. 88).

Neste ponto, primeiramente, há de se questionar a escolha do fragmento da realidade que se irá pesquisar, por que ele tem valor para a pesquisa? E segundo, ao se analisar tal fragmento da realidade, deve-se apará-lo tanto de outros significados que o influenciam, quanto dos valores do próprios do pesquisador? As questões apresentadas remetem a outra: É possível a neutralidade científica em ciências sociais? Max Weber irá defender não só a possibilidade, mas a necessidade da “neutralidade axiológica”. Para o autor, esta expressão significa que o conhecimento científico não deve lançar juízos de valor, avaliação moral, mas permanecer sempre no plano dos fatos. Essa defesa advém da proposta de uma sociologia a partir da ação, das relações sociais, logo, a partir de uma tessitura de significados e valores múltiplos e variáveis, sendo assim, não há valores universais que possam ser objeto da pesquisa. Por isso, esse sociólogo sustente “que jamais será tarefa de uma ciência empírica produzir normas e ideais obrigatórios, para delas extrair receitas para a prática” (Weber, 2006, p.14). Essa posição metodológica de Weber contrapõe-se ao momento político em que vivia, pois parte dos estudiosos das ciências sociais propunham o engajamento político como objetivo de sua produção científica.

Defender a neutralidade axiológica na pesquisa não significa que as ciências sociais não tenham nada a dizer sobre valores, pois é sua tarefa refletir sobre meios e fins e oferecer “ao

agente a possibilidade de ponderar as consequências esperadas contra as não esperadas do seu agir e assim a resposta à pergunta: qual é o "custo" de atingir-se o fim esperado do previsível dano ao outro?" (Weber, 2006, p.16). Mas isso não significa introjetar na pesquisa os valores próprios do pesquisador, conduzindo de antemão os resultados para os fins já antecipados por valores. Mas como não fazer isso? A resposta de Weber retoma a construção dos tipos ideais.

Qualquer exame atento dos elementos conceituais da exposição histórica mostra, no entanto, que o historiador — logo que tenta ir além da mera comprovação de relações concretas, para determinar a significação cultural de um evento individual, por mais simples que seja, isto é, para “caracterizá-lo” — trabalha, e tem de trabalhar, com conceitos que via de regra apenas podem ser determinados de modo preciso e unívoco sob a forma de tipos ideais (Weber, 2003, p. 108).

Para se chegar a esta categoria retoma-se a gênese da sociologia weberiana. Cada criança ao nascer é inserida em um grupo social, que se relaciona com outros grupos, com uma cultura local e global, com instituições que fazem parte de sua cultura, tais como família e escola. Inúmeros autores partem da busca por compreender o impacto destas instituições nas ações dos indivíduos, por vezes admitindo-as como determinantes das condutas. Não há que se negar a influência de tais relações, porém Weber propõe um outro olhar para a compreensão dos fenômenos sociais, como destaca ao propor o conceito de sociologia:

Sociologia (no sentido aqui entendido desta palavra empregada com tantos significados diversos) significa: uma ciência que pretende compreender interpretativamente a ação social e assim explicá-la causalmente em seu curso e em seus efeitos (Weber, 2012, p. 3).

Nesse fragmento tem-se, de forma sintética, a proposta metodológica de Weber. Primeiro, no conceito de Sociologia nega-se a visão que o objetivo dessa ciência seja compreender a sociedade e suas instituições, ou seja, se opõe à compreensão de que “somente o sentido funcional objetivo dos eventos e das instituições observáveis pode despertar o interesse da pesquisa” (Weber, 2012, p. xxvi). Para Weber, a Sociologia é a ciência dos indivíduos e não dos grupos e, portanto, a sociedade não é um corpo definido, no qual cada sujeito é inserido e reproduz o que já está determinado por esta forma social. Cohn (2003, p. 26) afirma: “O que ele sustenta é que o ponto de partida da análise sociológica só pode ser dado pela ação de indivíduos e que ela é “individualista” quanto ao método”. Por este caminho o autor entende que as instituições e a sociedade são fruto das ações sociais e, portanto,

instáveis, pois nada garante que o agente realizará a ação x ou y, ou qualquer outra das inúmeras possibilidades que estão disponíveis.

Além disso, aparecem categorias que possuem significados particulares na obra de Weber, sendo estes: agente, ação, ação social, sentido funcional, sentido subjetivo e dominação. Retomemos os significados destes termos na obra weberiana e outros mais importantes para a compreensão de seu método.

Por ‘ação’ entende-se, neste caso, um comportamento humano (tanto faz tratar-se de um fazer externo ou interno, de omitir ou permitir) sempre que e na medida em que o agente ou os agentes o relacionem com um sentido subjetivo. Ação ‘social’, por sua vez, significa uma ação que, quanto a seu sentido visado pelo agente ou os agentes, se refere ao comportamento de outros, orientando-se por este em seu curso. (Weber, 2012, p. 3)

Nos dois conceitos faz-se referência ao sentido subjetivo da ação, sendo que no segundo acrescenta-se um sentido visado pelo agente. O que estas expressões de fato significam no texto weberiano? Para a compreensão destes conceitos é preciso lembrar que o sociólogo, na perspectiva weberiana, deve buscar a compreensão do sentido da ação, e este sentido é atribuído pelo agente. O termo subjetivo, neste conceito, pode ser melhor compreendido por comparação ao termo objetivo, que significa um sentido já dado independentemente do curso da ação do agente, ou seja, para uma determinada ação já se sabe as suas consequências. Logo o termo subjetivo se refere à compreensão weberiana que, para cada ação, há múltiplas possibilidades para o seu curso e, portanto, o sentido da ação não é algo dado por antecipação. O pesquisador não consegue, ao observar a ação, atribuir um resultado, como uma lei matemática, como, por exemplo, para a ação x sabe-se que o sentido é y, pois o sentido é atribuído pelo agente que pratica e os demais agentes envolvidos, não tendo necessariamente o mesmo significado para todos os envolvidos.

Ao introduzir o termo visado, para conceituar ação social, o autor destaca que, para a ação ser social é necessário que o agente espere determinada conduta de seu interlocutor, que um indivíduo aja em relação a um outro, que ocorra uma orientação pela conduta esperada do comportamento ou dos agentes participantes e um motivo para tal ação. O motivo para Weber é “uma conexão de sentido que, para o próprio agente ou para o observador, constitui a ‘razão’ de um comportamento quanto ao seu sentido” (Weber, 2012, p. 8).

É preciso salientar-se que a proposta weberiana de uma sociologia a partir dos indivíduos é uma ruptura com o pensar sociológico de sua época, divergindo de sociólogos

como Karl Marx, que propunha uma análise social a partir das lutas de classes, ou Émile Durkheim (1858 – 1917), que propunha as suas análises a partir das funções das instituições sociais. Weber se propõe reconstruir a Sociologia por meio inverso ao que era comum antes dele, como destaca Cohn (2003, p. 26):

Na ausência dos atalhos oferecidos pela referência direta a entidades coletivas, ele necessita ir construindo passo a passo um esquema coerente e internamente consistente que permita ao sociólogo operar com segurança com conceitos como por exemplo o de Estado, sem atribuir a essa entidade qualquer realidade substantiva fora das ações concretas dos indivíduos pertinentes.

Em meio ao emaranhado de significados que emergem das ações sociais ao pesquisador cabe compreender tais motivos e significados, dito de outro modo, ao pesquisador cabe responder à questão: O que orienta a ação? Para Weber (2012, p.6) :

‘Compreensão’ significa em todos estes casos: apreensão interpretativa do sentido ou da conexão de sentido: a) efetivamente visado no caso individual (na consideração histórica), ou b) visado em média e aproximadamente (na consideração sociológica em massa), ou c) o sentido ou conexão de sentido a ser construído cientificamente (como "ideal-típico") para o tipo puro (tipo ideal) de um fenômeno frequente. (Weber, 2012, p. 6)

A compreensão é, portanto, um ato interpretativo que visa alcançar uma evidência, o sentido da ação ou o que orienta a ação. Mas essa orientação possui um sentido subjetivo, que as vezes pode ser oculto ao próprio agente. Assim na letra c) o autor propõe, como parte de seu método, uma atitude comparativa. Mas comparar é sempre em referência a algo, a um padrão previamente estabelecido. Para construir o padrão de comparação, o tipo ideal, o autor propõe “a eliminação imaginada de certos componentes da cadeia de motivos e a construção do desenvolvimento então provável da ação, para alcançar uma imputação causal” (Weber, 2012, p.7). Isto significa que o tipo ideal é uma construção abstrata, baseada em manifestações particulares de um determinado fenômeno, e que, por isso, contém características realçadas não necessariamente existentes na realidade.

Para que seja possível a comparação, Weber propõe que, a partir da observação empírica do fenômeno, as trajetórias que são escolhidas com maior frequência, ou por sua relevância, possam ser consideradas como prováveis, permitindo descrever um curso ideal para a ação social. Sobre a caracterização do tipo ideal Weber (2003, p. 106) afirma o seguinte:

Obtém-se um tipo ideal mediante a acentuação unilateral de um ou vários pontos de vista, e mediante o encadeamento de grande quantidade de fenômenos isoladamente dados, difusos e discretos, que se podem dar em

maior ou menor número ou mesmo faltar por completo, e que se ordenam segundo os pontos de vista unilateralmente acentuados, a fim de se formar um quadro homogêneo de pensamento. Torna-se impossível encontrar empiricamente na realidade esse quadro, na sua pureza conceitual, pois trata-se de uma utopia.

Para o entendimento da citação weberiana faz-se a seguinte questão: O Brasil é um país democrático? Democracia é um conceito, e é através dos conceitos que a ciência busca a compreensão da realidade. “Ora os conceitos se tornam então tipos ideais, isto é, não se manifestam na sua plena pureza conceitual, ou apenas de forma esporádica o fazem” (Weber, 2003, p. 109). Logo dizer que um dado país é democrático não significa que as relações sociais estabelecidas no interior de seu território contemplem todas as prerrogativas do conceito puro de democracia. Mas como se chega a este conceito puro? Partindo-se do empírico busca-se “certas regularidades na ação social, ou seja, de que certos processos de ação repetem-se ao longo do tempo, tomando-se rotina e incorporando-se ao cotidiano de múltiplos agentes” (Cohn, 2003, p. 29). Assim segundo a perspectiva deste sociólogo, para compreender se um país é democrático, deve-se tomar um conjunto de países considerados democráticos e a partir do real buscar os vários pontos de vista que formam um quadro geral referente ao conceito de democracia, porém acentuando os pontos de relevância, atribuindo a estes pontos um caráter puro, ideal.

Como já foi ressaltado, a Sociologia de Weber tem como eixo central para suas reflexões a busca dos sentidos da ação social, o que leva o indivíduo a agir. O ponto de partida é o indivíduo, mas o autor não desconsidera as influências que o indivíduo sofre do meio social. Para analisar estas duas dimensões Weber propõe os tipos ideais de ação social e de dominação.

Weber (2012) irá propor quatro tipos ideais de ação social, ou seja, quatro motivações que levam os sujeitos a agirem. A primeira delas é a ação social de cunho tradicional, aquela que é realizada pelo indivíduo pela força da tradição, a sua comunidade sempre agiu a partir de uma determinada conduta e o indivíduo apenas replica, ou seja, tem a sua conduta direcionada por um comportamento socialmente aceito. Um exemplo é a pessoa que sempre vota nos candidatos de um mesmo partido político porque sua família sempre votou nessa sigla. A segunda é ação social de cunho afetivo em que não há uma fundação lógica para a ação, mas um fundamento na afetividade, em um sentimento. Ainda sobre o pleito eleitoral, o indivíduo decide votar em determinado candidato por ele ser uma boa pessoa ou seu amigo. A terceira é a ação social racional, que se subdivide em duas: com referência a valores e a fins. A ação social

racional com referência a valores fundamenta-se em valores pessoais que o indivíduo possui, sejam eles estéticos, religiosos, éticos, morais ou outros. O indivíduo possui um critério valorativo para as suas ações e não se ocupa das consequências delas, desde que os seus valores pessoais sejam preservados. Na ação social racional com referência aos fins o agente não considera os seus valores próprios, mas os fins que deseja atingir e, portanto, preocupa-se com as consequências de suas ações. Um sujeito que define seu voto em determinado candidato, porque esse é contrário à regulamentação do aborto, está praticando uma ação com referência a valores. No entanto, se o eleitor é contrário à regulamentação do aborto e um determinado candidato é favorável, mesmo assim ele vota no candidato, por considerar que as suas propostas, de uma forma geral, são de maior relevância para o país, ele está praticando uma ação racional referente a fins.

Para além da tradição, dos sentimentos e da razão, as ações dos agentes também são influenciadas pelo meio social em que vivem. Para analisar as influências do meio Weber parte do conceito de dominação. Para este autor dominação é explicada da seguinte maneira:

A probabilidade de encontrar obediência para ordens específicas (ou todas) dentro de determinado grupo de pessoas. Não significa, portanto, toda espécie de possibilidade de exercer ‘poder’ ou ‘influência’ sobre outras pessoas. Em cada caso individual, a dominação (‘autoridade’) assim definida pode basear-se nos mais diversos motivos de submissão: desde o hábito inconsciente até considerações puramente racionais, referentes a fins. Certo mínimo de vontade de obedecer, isto é, de interesse (externo ou interno) na obediência, faz parte de toda relação autêntica de dominação” (Weber, 2012, 139).

Nas relações de dominação presume-se a existência de pelo menos dois agentes, um que exerce a dominação e outro que é dominado. No conceito de dominação weberiano há uma mudança de paradigma, pois não se concentra apenas na conduta do dominador, por exemplo, quais instrumentos de coesão o dominador utiliza para a dominação. Ele inova ao considerar os motivos que levam os liderados a submeterem-se aos líderes. O conceito de dominação weberiano não se fundamenta simplesmente na ideia de que um manda e o outro obedece, sem a vontade do outro em obedecer. O dominado assume as ideias do dominante como se dele elas fossem, este seria o ápice do que Weber caracteriza por dominação legítima. Para este referencial teórico a dominação exige a dimensão da legitimidade, que significa aceitar a dominação como justa, racional e/ou de bom senso. O que irá estabelecer a legitimidade, segundo Weber (2012), será a lei, a tradição ou os interesses materiais de quem obedece.

Com relação ao tipo de legitimidade ter-se-á um dos tipos ideais de dominação, sendo estes:

Existem em princípio — e começaremos por aqui — três razões internas que justificam a dominação, existindo, conseqüentemente, três fundamentos da legitimidade. Antes de tudo, a autoridade do ‘passado eterno’, isto é, dos costumes santificados pela validade imemorial e pelo hábito, enraizado nos homens, de respeitá-los[...] Existe, em segundo lugar, a autoridade que se funda em dons pessoais e extraordinários de um indivíduo (carisma) — devoção e confiança estritamente pessoais depositadas em alguém que se singulariza por qualidades prodigiosas, por heroísmo ou por outras qualidades exemplares que dele fazem o chefe[...] Existe, por fim, a autoridade que se impõe em razão da ‘legalidade’, em razão da crença na validade de um estatuto legal e de uma “competência” positiva, fundada em regras racionalmente estabelecidas ou, em outros termos, a autoridade fundada na obediência, que reconhece obrigações conformes ao estatuto estabelecido. (Weber, 2011, p.68)

O conceito de dominação e os tipos ideais propostos pelo autor são essenciais para sua pretensão metodológica, pois ao buscar os sentidos das ações há que se analisar as relações de dominação na associação e o que as legitima. É necessário reforçar que os tipos ideais são um construto teórico para permitir ao pesquisador analisar a realidade e não a própria realidade. Por este motivo Weber (2012, p. 140) destaca que “a ‘legitimidade’ de uma dominação deve naturalmente ser considerada apenas uma probabilidade”.

Por fim, um tipo ideal importante nas análises de Max Weber (2000) está em sua obra *Ética Protestante e o Espírito do Capitalismo*. Tanto a ética protestante quanto o espírito do capitalismo apresentados nessa obra são tipos ideais. Em Weber (2000, p. 29 - 31) o autor apresenta um documento escrito por Benjamin Franklin que traz máximas, tais como: "Lembra-te de que tempo é dinheiro, lembra-te de que crédito é dinheiro, lembra-te de que dinheiro gera mais dinheiro, lembra-te de que o bom pagador é senhor da bolsa alheia". E sobre este documento declara:

De fato, o que nos é aqui pregado não é apenas um meio de fazer a própria vida, mas uma ética peculiar. A infração de suas regras não é tratada como uma tolice, mas como um esquecimento do dever. Essa é a essência do exposto. Não se trata de mera astúcia de negócios, o que seria algo comum, mas de um ethos. E essa é a qualidade que nos interessa (Weber, 2000, p. 31).

Ao destacar a questão do dever, do imperativo que orienta a ação, de uma ética profissional, Weber (2000) identifica um fator da cultura norte-americana, que é força propulsora para a implementação do capitalismo e, destaca que mesmo antes de um capitalismo industrial e comercial nos moldes dos séculos XIX e XX este espírito já era parte do universo

cultural da Europa e América do norte. Sendo este espírito na tese do autor, uma atitude mental que encontrou “sua mais apropriada expressão na empresa capitalista e, por outro lado, essa tenha derivado do espírito do capitalismo sua força motivadora mais adequada” (Weber, 2000, p. 42). Aqui o autor identifica o espírito do capitalismo associado à gênese da empresa capitalista, todavia sem a pretensão que seja uma lei do tipo, só existirá empresa capitalista se existir o espírito do capitalismo.

E por que o espírito do capitalismo é um tipo ideal? Porque Weber o toma como uma ética de vida, um dever a cumprir e parte de uma personagem, Benjamin Franklin, que possui uma forma de condução de sua vida que não é a realidade de todos que se associam à mentalidade capitalista. Logo, o modo de conduzir a vida em prol do êxito, do acúmulo, e do senso de um dever a cumprir, permite a Weber se questionar onde e em que circunstâncias esse espírito pode florescer e qual o seu impacto na organização da empresa capitalista. Ao buscar as origens do espírito do capitalismo, que antecede a empresa capitalista moderna ele o encontrará na ascese protestante, como destaca Weber (2000, p.15 ) “Nesse caso estamos lidando com a conexão do espírito da moderna vida econômica com a ética racional da ascese protestante”. Mas esta questão foge dos propósitos do presente texto.

### **Considerações finais**

Os conturbados séculos XIX e XX mudaram a racionalidade em quase todo o globo, pois trouxeram consigo a necessidade do planejamento, da competição global e da produção em grande escala, substituindo boa parte da mão de obra pela mecanização, tudo isso com grandes impactos tanto sobre a organização social como na burocracia das instituições. Todas estas mudanças trazem o aspecto econômico para o centro das discussões e Weber se propõe a pensar a dimensão socioeconômico fugindo do determinismo econômico e advogando que existem fatores não econômicos que influenciam a economia, antecipando, portanto, os estudos culturais que serão uma das tônicas do século XX.

A sua Sociologia fundada na ação dos agentes, colocando o indivíduo como capaz de agir, tomar decisões e orientar a sua conduta a partir de suas interações sociais e, além disso, propondo que este é o movimento que constitui as instituições, o coloca em sintonia com o pensamento do século XX. Ademais a sua postura metodológica retoma a necessidade de repensar as formas conceituais, compreendendo as mudanças de seu tempo, com rigor metodológico, capaz de dar a seu escopo teórico o caráter científico. Portanto esse autor

repensa o modo de observar as relações sociais e aponta caminhos metodológicos que as explicam à luz de sua Sociologia compreensiva. Daí, não somente a pertinência de suas análises, mas, sobretudo, a sua atualidade.

## Referências

ABBAGNANO, Nicola. **Dicionário de filosofia**. Trad. Alfredo Bossi e Ivone Castilho Benedeitti. 6 ed. São Paulo: Martins Fontes, 2012.

COHN, Gabriel. Introdução. In: Weber, Max. **Weber: Sociologia**. Trad. Amélia Cohn e Gabriel Cohn. Org. Gabriel Cohn. 7 ed. São Paulo: Ática, 2003.

HOBBSAWM, Erick J. **A era dos impérios: 1875 - 1914**. Trad. Sieni Maria Campos e Yolanda Steidel de Toledo. 13 ed. São Paulo: Paz e Terra, 2011.

HOBBSAWM, Erick J. **A era do capital: 1848 – 1875**. Trad. Luciano Costa Neto. 2 ed. São Paulo: Paz e Terra, 2012.

MARX, Karl. **Contribuições à crítica da economia política**. Trad. Florestan Fernandes. 2 ed. São Paulo: Expressão Popular, 2008.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **Manifesto do partido comunista**. Trad. Pietro Nasseti. 2 ed. São Paulo: Martin Claret, 2011. (Coleção A obra-prima de cada autor).

SOARES, Leandro. Um mapeamento das aproximações entre Weber e Nietzsche. **Plural: Revista de ciências sociais USP**. São Paulo, n 50, p. 139 – 155, 2014.

WEBER, Max. **A ética protestante e o espírito do capitalismo**. Trad. M. Irene de Q. F. Szmrecsányi e Tomás j. M. K. Szmrecsányi, 15 ed. São Paulo: Pioneira, 2000.

WEBER, Max. **Sociologia**. Trad. Amélia Cohn e Gabriel Cohn. Org. Gabriel Cohn. 7 ed. São Paulo: Ática, 2003.

WEBER, Max. **A “objetividade” do conhecimento nas ciências sociais**. Trad. Gabriel Cohn. São Paulo: Ática, 2006.

WEBER, Max. **Ciência e política: duas vocações**. Trad. Leonidas Hegenberg e Octany Silveira da Mota. 18 ed. São Paulo: Cultrix, 2011.

WEBER, Max. **Economia e sociedade: fundamentos da sociologia compreensiva**. Trad. Regis Barbosa e Karen Elsabe Barbosa. rev. téc. Gabriel Cohn. 4. ed. Brasília: UNB, v. 1, 2012.